

UM NOVO NORMAL? FORÇAS ARMADAS E POLÍTICA NO BRASIL

¿UN NUEVO NORMAL? FUERZAS ARMADAS Y POLÍTICA EN BRASIL

A NEW NORMAL? ARMED FORCES AND POLITICS IN BRAZIL



Ludolf WALDMANN JÚNIOR¹
e-mail: ludolfwaldmann@ufam.edu.br



Ana Amélia PENIDO OLIVEIRA²
e-mail: anapenido@gmail.com

Como referenciar este artigo:

WALDMANN JÚNIOR, L.; PENIDO OLIVEIRA, A. A. Um novo normal? Forças Armadas e Política no Brasil. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 32, n. esp. 2, e023012, 2023. e-ISSN: 2236-0107. DOI: <https://doi.org/10.14244/tp.v32iesp.2.1072>



| **Submetido em:** 08/05/2023
| **Revisões requeridas em:** 29/08/2023
| **Aprovado em:** 19/10/2023
| **Publicado em:** 05/12/2023

Editora: Profa. Dra. Simone Diniz
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus – AM – Brasil. Professor Adjunto de Ciência Política. Doutorado em Ciência Política (UFSCar).

² Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – SP – Brasil. Bolsista FAPESP de Pós-Doutorado em Ciência Política. Doutorado em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP).

Introdução

Quando este dossiê foi proposto, havia uma abundância de análises acadêmicas e jornalísticas sobre a militarização existente no governo do então presidente Jair Bolsonaro e sobre o seu par dialético, a politização da caserna. Perguntas como “as forças armadas apoiarão tentativas golpistas de Bolsonaro?” ou “como devolver os militares para os quartéis?” pairavam como espadas sobre a tênue democracia brasileira. A reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva para um terceiro mandato presidencial inverteu as questões em pauta, mas manteve os militares no centro da agenda política. Como desmilitarizar a política, e como despolitizar os quartéis?

A pergunta que nomeia este dossiê – *Um novo normal?* - é capciosa. Embora as questões derivadas da conjuntura existente nos últimos sete anos sejam relevantes, a tutela militar sobre a política brasileira é algo permanente do ponto de vista historiográfico. Dito de outra maneira, a presença castrense na política não é nova, ou uma excepcionalidade que ocorreu apenas durante a presidência Jair Bolsonaro ou na Ditadura Militar (1964-1985). Conforme a ampla literatura sobre o tema aponta, os militares assumiram um papel fundamental na dinâmica política brasileira nas décadas seguintes à Guerra do Paraguai (1864-1870), tornando-se atores centrais no processo que resulta na Proclamação da República (1889), inclusive à frente das duas primeiras presidências de nossa história. Assim, para usar felizes expressões de consagrados analistas destes períodos, passam a pairar sobre o poder civil como a espada de Dâmocles e tornam-se um verdadeiro poder desestabilizador, estando envolvidos em basicamente todos os movimentos e crises políticas da Primeira República (1889-1930).³

A partir da Era Vargas (1930-1945), as forças armadas tornam-se efetivamente sócias do poder, construindo uma imagem, consolidada na nossa primeira experiência democrática iniciada em 1945 – ela mesma inaugurada a partir de uma presidência militar –, de que constituíam um “poder moderador” com legitimidade e autoridade para intervir no mundo da política para resolver problemas e mediar conflitos que os civis eram incapazes de lidar.⁴ Neste papel vislumbrado, continuam se envolvendo continuamente nas grandes questões nacionais, como nos debates sobre o monopólio do petróleo, modelos de desenvolvimento nacional e

³ Ver Costa (1996) e Carvalho (1977).

⁴ O principal expoente da visão dos militares enquanto poder moderador é Stepan (1975). Esta visão, no entanto, é bastante questionada hoje, já que representa mais uma autoimagem militar, frequentemente reivindicada na época e, curiosamente, também atualmente por militantes de extrema-direita (através de uma interpretação errônea sobre o artigo 142 da Constituição Federal de 1988) do que propriamente um pressuposto institucional ou dinâmica política que explicava sua atuação. Ver as críticas de Quartim de Moraes (1985) e Martins Filho (2019).

política externa, até que em 1964 realizam um golpe que inicia o período de pouco mais de vinte anos sob governo autoritário castrense.

O longo processo de transição, iniciado em 1974 e realizado de maneira “lenta, gradual e segura”, assegurou que militares envolvidos em violações aos direitos humanos não fossem punidos em virtude de uma ampla anistia, além da conservação de privilégios institucionais e autonomia burocrática incompatíveis com uma Democracia plena⁵. Assim, mesmo afastados da presidência do país a partir de 1985, os generais conservaram uma tutela sobre esferas da política, apenas aparentemente retirando-se aos quartéis conforme o novo regime se consolidava. A criação do Ministério da Defesa durante o governo Fernando Henrique Cardoso, bem como a construção de diferentes documentos, com destaque para a Estratégia Nacional de Defesa, a Política Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa, promulgados durante os governos petistas, pareciam indicar que as relações entre militares e política avançavam rumo à democracia e estabilidade institucional⁶, pese o fato da ausência de reformas mais profundas na estrutura militar.

No entanto, a crise política, social e econômica iniciada a partir de 2013 provocou abalos sísmicos no sistema político brasileiro, resultando na deposição da presidenta Dilma Rousseff e na emergência da extrema-direita, consolidada com a eleição de Jair Bolsonaro. Nesse sentido, pensando nos termos propostos por Samuel Finer (2006), podemos considerar que a crise brasileira criou a janela de oportunidade para o retorno dos militares à política, uma vez que a ausência total de reformas na estrutura castrense implicava que pouco mudaria em relação à sua histórica disposição participar dela, resultando no seu retorno como atores centrais no cenário contemporâneo. E mais, sem se aventurar pela futurologia, é possível sugerir que a presença militar na política brasileira continuará, o que se evidenciou nos episódios que antecederam e sucederam o dia 8 de janeiro de 2023, data que ficará marcada na história do Brasil pelo infame e violento atentado ao núcleo do poder político brasileiro: o Palácio do Planalto, o Congresso e o Superior Tribunal Federal.

Contudo, se por um lado a tutela militar é uma variável da formação social, cultural, política e econômica do Brasil e de seu povo, é importante problematizar se a intervenção política que evidenciada durante o governo Bolsonaro carrega outras características que possibilitam a identificação de novas formas de intervencionismo político. Nesse sentido, o dossiê traz três textos que analisam a relação entre as forças armadas e a política, partindo de

⁵ Ver Stepan (1985), Pereira (2010) e Teles e Safatle (2019).

⁶ Ver Oliveira (2005) e Fuccille (2006)

um recuo histórico mais longo, e dois textos contemporâneos, dedicados a compreender a militarização no governo Bolsonaro combinada com dois novos componentes: o acúmulo de capital político oriundo do engajamento em missões humanitárias e simulações de punições às transgressões disciplinares com o beneplácito involuntário da imprensa.

No primeiro bloco, o primeiro texto é um artigo inédito do professor João Roberto Martins Filho, intitulado “*Ditadura militar e corrupção: O caso da aquisição das fragatas Vosper pelo Brasil*”. Neste trabalho, o autor retorna a 1970 para contar detalhes das negociações entre autoridades do Brasil e do Reino Unido para a compra de seis fragatas britânicas, quatro dessas a serem construídas pelo estaleiro Vosper na Europa e duas no Rio de Janeiro, todas financiadas por bancos britânicos. Em 1977, a empresa foi estatizada e, a partir daí, autoridades do Reino Unido identificaram a possibilidade de fraudes nessas negociações. Fornecedores teriam aumentado seus preços para a Vosper, e a diferença entre o preço real e o preço constante nas notas fiscais ficava com a empresa em contas secretas, enquanto o governo militar brasileiro pagava o valor total das notas. Essas denúncias vieram a público na imprensa brasileira em 1978. No artigo, Martins Filho acompanha cronologicamente os acontecimentos, analisando a correspondência oficial entre diferentes departamentos dos dois países, evidenciando que a Marinha do Brasil nunca contestou o acordo, mesmo após as denúncias de fraudes, contribuindo para o desmonte do mito de que não existiu corrupção durante a ditadura militar.

O segundo artigo do dossiê propõe um retorno histórico ainda mais longo, ao período do Brasil Imperial. João Rafael Gualberto de Souza Morais, no texto “*O que resta da Doutrina de Segurança Nacional: O legado da DSN na Segurança Pública pós-1988*”, sobrevoa a história do Brasil revelando a constante presença militar na política. No texto, os autores identificam as conexões entre os interesses internos da corporação militar (notadamente do Exército) as necessidades de modernização nacional. O atrelamento entre a segurança e o desenvolvimento atinge seu ápice na Doutrina de Segurança Nacional, analisada pelos autores como a normatização da ideologia autoritária do Exército, perfeitamente adaptada aos tempos de Guerra Fria, quando o alvo era os inimigos internos. Grande parte desse desenho teria permanecido após 1988, com reflexos nas políticas de segurança atuais, que se preocupam mais “com a defesa dos interesses do Estado do que da cidadania, produzindo um déficit democrático nas instituições policiais”.

O terceiro texto, intitulado “*As Forças Armadas e a Política: Reflexões a partir das doutrinas militares brasileira e ocidental no século XX*” e de autoria de Iago Gonçalves Ferreira, também traz um recorte histórico ao analisar o pensamento militar brasileiro conforme

as visões de três dos seus maiores expoentes, os generais Pedro Aurélio de Góes, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos. Assim, o autor mostra como esses pensadores militares desenvolveram suas próprias concepções de estratégia e segurança nacional, cuja perspectiva implicava numa maior participação castrense na vida política brasileira, inclusive na reivindicação de um papel moderador sobre ela. Além disso, há também uma reflexão que busca relacionar tais visões com as contribuições do pensamento estratégico de dois importantes teóricos europeus, Basil Henry Liddell Hart e Charles de Gaulle, ressaltando a forma como eles articulavam suas concepções de estratégia e política.

Os dois textos que compõem o dossiê também identificarão problemas deixados pela transição “lenta, gradual e segura”, sob controle militar, ocorrida ao final da ditadura. No entanto, ambos se dedicam prioritariamente à compreensão do preâmbulo político-militar que levou à ampliação da militarização observada no governo Bolsonaro. Este fenômeno representa um caminho inverso aos avanços que vinham sendo conquistados em termos normativos, com a publicação dos documentos de defesa nacionais, e em termos institucionais, com a criação do Ministério da Defesa.

Gilmara Gomes da Silva Sarmento, no artigo “*Das missões humanitárias ao governo: As Forças Armadas e suas conexões políticas*”, parte da problematização das atividades humanitárias desempenhadas por militares como um fator gerador para o intervencionismo militar. A primeira experiência identificada é a Missão de Paz da Organização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), iniciada em 2004 e comandada durante 13 anos por militares brasileiros. A missão permitiu “testar no exterior a *expertise* de policiamento em operações de Garantia da Lei e da Ordem, acumular aprendizado e experiência em técnicas e estratégias de controle, além de ampliar seus recursos econômicos e prestígio internacional, em suma, poder”. A segunda experiência salientada é a Operação Logístico-Humanitária - *Operação Acolhida*, resposta do governo Temer à migração venezuelana no estado de Roraima em 2018. Participaram de ambas as missões atores políticos relevantes nos governos Temer e Bolsonaro. Como o presente repete o passado, violações aos direitos humanos cometidas nas duas ações contaram com uma cultura de impunidade tributária da ditadura e a duras penas enfrentada pela Comissão Nacional da Verdade. Em suma, o artigo aponta como as missões humanitárias podem ser instrumentalizadas por membros das corporações armadas para a ampliação do seu capital político individual e coletivo.

O texto que encerra o dossiê “*Generais entre Poderes: Uma rotina de ‘indisciplina’, ‘crises’ e ‘insubordinação’ (2007-2018)*”, de autoria de Guilherme Alessandro Lemos da Silva

Moreira, enfatiza a politização interna à caserna, mais do que a militarização da política. O texto opta por fazer uma análise de quatro atores político-militares, os generais Hamilton Mourão, Augusto Heleno, Girão Monteiro Filho e Maynard Santa Rosa, situando suas declarações em episódios de indisposições com os governos petistas, notadamente controvérsias sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, a Estratégia Nacional de Defesa e o Plano Nacional de Direitos Humanos. Como instrumento de análise, toma diferentes reportagens veiculadas durante o período sinalizado, e discute a adoção por estas de noções como indisciplina ou insubordinação, exógenas à cultura militar. Dessa maneira, por não dominar o manuseio das regras internas à corporação militar, militares simularam punições para dissimular sua atuação política através da imprensa. Em suma, o artigo aponta que as transgressões disciplinares foram benéficas para os indivíduos transgressores e para a corporação militar em seu processo de intervenção política.

Acreditamos que os cinco textos auxiliam na compreensão do passado e que ofereçam pistas que iluminem a construção do futuro em um momento de grave crise democrática. Boa leitura.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, J. M. de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, B. (org.). **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977. t. III, v. 2.
- COSTA, W. P. **A espada de Dâmocles**: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FINER, S. E. **The man on horseback**: the role of the military in politics. New Brunswick: Transaction Publishers, 2006.
- FUCCILLE, L. A. **Democracia e questão militar**: a criação do Ministério da Defesa no Brasil. 2006. 291 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.
- MARTINS FILHO, J. R. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas da Ditadura (1964-1969). São Paulo: Alameda, 2019.
- OLIVEIRA, E. R. de. **Democracia e Defesa Nacional**: a criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC. Barueri, SP: Manole, 2005.
- PEREIRA, A. **Ditadura e Repressão**: o autoritarismo e estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

QUARTIM DE MORAES, J. Alfred Stepan e o mito do poder moderador. **Filosofia Política**, n. 2, p. 163-199, 1985.

STEPAN, A. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

STEPAN, A. **Os militares**: da abertura a nova república. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

TELES, E.; SAFATLE, V. (org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2019.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

